

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 – CONFLITOS CIVIS E MEIOS DE COMPOSIÇÃO</b> .....	3
1.1 Conflito: conceito e causas.....	3
1.1.1 Abordagem cuidadosa .....	7
1.1.2 Nova perspectiva em conflitos penais.....	11
1.2 Composição, solução e abordagem de conflitos .....	15
1.3 Extensão e compreensão dos meios de composição.....	19
1.3.1 Autotutela: alcance .....	19
1.3.1.1 Legítima defesa e estado de necessidade.....	21
1.3.1.2 Autotutela nas obrigações específicas.....	22
1.3.1.3 Direito de vizinhança.....	23
1.3.1.4 Direito de retenção.....	24
1.3.2 Autocomposição (meios consensuais).....	25
1.3.2.1 Disponibilidade do Direito .....	26
1.3.2.1.1 Disponibilidade no plano material .....	26
1.3.2.1.2 Disponibilidade processual .....	31
1.3.2.2 Autocomposição unilateral .....	34
1.3.2.2.1 Renúncia .....	34
1.3.2.2.2 Desistência .....	35
1.3.2.2.3 Reconhecimento jurídico do pedido .....	37
1.3.2.3 Autocomposição bilateral .....	38
1.3.2.3.1 Autocomposição bilateral mediante negociação .....	39
1.3.2.3.2 Autocomposição bilateral facilitada .....	42
1.3.3 Heterocomposição.....	50
1.3.3.1 Arbitragem.....	50
1.3.3.2 Jurisdição estatal.....	56
1.3.3.2.1 Jurisdição contenciosa ou voluntária .....	56
1.3.3.2.2 Inclusão de mecanismos diversos? .....	60
1.4 A configuração de um sistema “multiportas” para a composição de conflitos.....	62
1.5 Panorama geral das formas de composição de conflitos: visão esquemática.....	69

<b>CAPÍTULO 2 – ACESSO À JUSTIÇA E VIA ADEQUADA DE COMPOSIÇÃO DE CONTROVÉRSIAS</b> .....	71
2.1 Acesso à justiça no processo civil: obstáculos e superação .....	71
2.2 Justiça consensual (coexistencial e conciliatória) <i>versus</i> modelo contencioso (antagonista) .....	75
2.2.1 Maior adequação da solução consensual .....	78
2.2.2 A obtenção legítima do consenso genuíno .....	82
2.2.3 Barreiras para a adoção do modelo consensual .....	85
2.3 A adoção da técnica adequada à abordagem do conflito .....	86
2.3.1 Mudança de mentalidade .....	86
2.3.1.1 A formação do operador do Direito .....	87
2.3.1.2 Tradição na intervenção estatal e abertura para novas possibilidades .....	89
2.4 Adequação da resposta e pacificação efetiva da controvérsia .....	91
2.5 Conduta do advogado diante da controvérsia .....	94
2.5.1 Adequada atuação .....	94
2.5.2 Pensamento tradicional e adoção de meios consensuais .....	96
2.5.3 Apresentação de benefícios .....	98
2.5.4 Vantagens para o advogado .....	99
<b>CAPÍTULO 3 – ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO E INAFSTABILIDADE DA JURISDIÇÃO ESTATAL</b> .....	101
3.1 A garantia de proteção judiciária .....	101
3.2 Direito de ação e devido processo legal .....	103
3.2.1 Requisitos para a apreciação do mérito .....	104
3.2.1.1 Admissibilidade .....	105
3.2.1.2 Tentativa prévia de conciliação como exigência para demandar .....	108
3.2.1.3 Instância administrativa, depósito e outros condicionamentos .....	116
3.3 Meio primário de composição de conflitos: atuação das partes ou via jurisdicional? .....	122
3.3.1 Monopólio da jurisdição pelas Cortes de Justiça .....	124
3.3.2 Releitura da garantia de inafastabilidade da tutela jurisdicional: via jurisdicional como modalidade residual? .....	126
3.3.3 Exemplo de nova visão: improbidade administrativa .....	129
3.4 Acesso à justiça por meio da tutela jurisdicional estatal: vantagens e desvantagens .....	130
3.4.1 Vantagens da prestação jurisdicional estatal .....	131
3.4.2 Desvantagens da solução estatal .....	135
<b>CAPÍTULO 4 – MEIOS ALTERNATIVOS (ADEQUADOS) DE COMPOSIÇÃO DE CONFLITOS</b> .....	141
4.1 Conceito e extensão .....	141
4.2 Notícia histórica .....	144
4.3 Notícia de direito estrangeiro .....	146
4.4 Principais fundamentos para a adoção .....	148
4.4.1 Solução pacífica de conflitos .....	149

4.4.2	Adequação do método ao tipo de conflito .....	150
4.4.3	Crise no Poder Judiciário .....	152
4.5	Natureza jurídica: equivalentes jurisdicionais, mecanismos de justiça parajurisdicional ou jurisdição convencional? .....	155
4.6	Atuação do Estado no fomento aos meios alternativos/adequados de composição de conflitos .....	158
4.7	Acesso à justiça por meios “alternativos”/adequados: vantagens e desvantagens .....	163
4.7.1	Vantagens.....	163
4.7.2	Desvantagens.....	164
4.8	Resolução <i>on-line</i> de disputas (ODRs) .....	166
4.8.1	Aspectos evolutivos .....	167
4.8.2	Conceituação e realidade brasileira.....	168
4.8.3	<i>Online Dispute Resolution</i> : quarta parte na interação? .....	171
4.8.4	Influências da mídia e atuação nos procedimentos .....	172
<b>CAPÍTULO 5 – MEDIAÇÃO: CONCEITO, PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTO.....</b>		<b>175</b>
5.1	Conceituação .....	175
5.2	Semelhanças e diferenças entre mediação e conciliação.....	178
5.3	Notas históricas e de direito estrangeiro .....	180
5.3.1	Estados Unidos .....	182
5.3.2	Europa e América Latina.....	184
5.4	Mediação <i>on-line</i> : bases e cuidados .....	186
5.5	Princípios informadores.....	188
5.5.1	Autonomia da vontade e decisão informada .....	189
5.5.2	Informalidade e independência.....	195
5.5.3	Oralidade .....	199
5.5.4	Imparcialidade .....	203
5.5.5	Busca do consenso, cooperação e não competitividade.....	206
5.5.6	Boa-fé .....	208
5.5.7	Confidencialidade .....	210
5.5.8	Isonomia .....	214
5.6	Finalidades .....	218
5.6.1	Restabelecimento da comunicação .....	218
5.6.2	Preservação do relacionamento entre as partes.....	220
5.6.3	Prevenção de conflitos .....	221
5.6.4	Inclusão social.....	222
5.6.5	Pacificação social.....	224
5.6.6	Celebração de acordos e sucesso da mediação .....	227
5.7	Técnicas de mediação .....	229
5.7.1	Conexão entre técnica e objetivos da mediação .....	229
5.7.2	Apropriada aplicação de técnicas na autocomposição .....	231
5.7.2.1	Informações e abertura.....	232
5.7.2.2	Escuta ativa .....	235
5.7.2.3	Modo afirmativo .....	236
5.7.2.4	Modo interrogativo.....	238

5.8	Mescla de diferentes modos.....	239
5.8.1	Humor e flexibilidade .....	239
5.8.2	Aplicação das técnicas em sessões conjuntas e privadas.....	240
5.9	Etapas da mediação.....	243

## **CAPÍTULO 6 – NORMATIVIDADE, PERFIL DO MEDIADOR E APLICAÇÃO NOS CONFLITOS CIVIS .....**

6.1	Panorama normativo brasileiro.....	249
6.1.1	Plano internacional .....	249
6.1.2	Plano interno: movimentos legislativos.....	250
6.1.2.1	Cenário normativo inicial.....	253
6.1.2.2	Projetos de lei sobre mediação .....	256
6.1.3	Mediação no Código de Processo Civil: visão geral .....	258
6.1.4	Lei de Mediação (Lei n. 13.140/2015): olhar panorâmico .....	260
6.1.5	Interação entre o CPC/2015 e a Lei n. 13.140/2015.....	262
6.1.6	Audiências ou sessões de mediação? .....	266
6.1.7	Tempo de designação e diversas sessões .....	268
6.2	Perfil do mediador .....	271
6.2.1	Formação e relevância da capacitação .....	271
6.2.2	Comediação.....	275
6.2.3	Remuneração .....	277
6.3	Modalidades de mediação.....	283
6.3.1	Mediação extrajudicial.....	283
6.3.2	Mediação judicial.....	291
6.3.2.1	Centros judiciários e requisitos para mediar.....	291
6.3.2.2	Sucesso.....	293
6.3.2.3	Restrições ao mediador advogado .....	295
6.3.2.4	Escolha do mediador e outros acordos .....	298
6.3.2.5	Mediação judicial obrigatória.....	300
6.3.2.5.1	Notícias de direito estrangeiro .....	300
6.3.2.5.2	Sistema brasileiro: voluntariedade? .....	309
6.4	Espectro de abrangência da mediação .....	312
6.4.1	Impossibilidade de autocomposição e inadequação por situações peculiares.....	313
6.4.2	Mediação nos conflitos civis: possibilidades.....	315
6.4.2.1	Mediação e contratos .....	317
6.4.2.2	Mediação e responsabilidade civil .....	321
6.4.2.3	Mediação e Direito das Coisas .....	323
6.4.2.3.1	Pertinência .....	323
6.4.2.3.2	Litígios coletivos por posse ou propriedade de imóvel .....	325
6.4.2.3.3	Regularização fundiária.....	328
6.4.2.4	Mediação e Direito de família .....	331
6.4.2.4.1	Pertinência .....	331
6.4.2.4.2	Previsões do CPC/2015.....	335

6.4.2.5	Mediação e Direito das Sucessões.....	339
6.4.2.6	Mediação no Direito Empresarial.....	345
6.5	A contribuição da mediação para a composição dos conflitos civis .....	355
<b>GLOSSÁRIO .....</b>		<b>357</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>361</b>
<b>Anexo – Enunciados e recomendações sobre mediação .....</b>		<b>389</b>